

A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO PROCESSO DE INCLUSÃO: INSERINDO A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO COTIDIANO ESCOLAR E SOCIAL DOS JOVENS.

Erika Larissa da Mota Araújo

Centro Universitário Internacional UNINTER; erikinhalary@hotmail.com;

RESUMO

A participação estudantil no processo de inclusão: inserindo a língua brasileira de sinais no cotidiano escolar e social dos jovens” se trata de um artigo desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor José Gonçalves de Queiroz, pertencente ao grupo das escolas da 5ª Gerência Regional de Ensino, na turma do 2º ano do Ensino Médio, a priori, cujo objetivo era desenvolver, junto ao macro campo de Participação Estudantil, competências e habilidades linguísticas em Libras (Língua Brasileira de Sinais) em prol de um eficaz acolhimento e inserção de estudantes surdos mudos no Ensino Público do Estado da Paraíba evitando, assim, que abandonem a escola pela falta de interação com os colegas e nos eventos propiciados pela escola. Para tal, realizamos visitas a Escola Bilíngue do Município de Sumé - PB a fim de conhecermos detalhadamente, por meio da observação quantitativa e qualitativa, aspectos e ações pertinentes e indispensáveis para concretização e inserção da Educação Inclusiva. Desenvolvemos também uma pesquisa colaborativa, que viabilizou aos participantes transformar-se em co-pesquisadores, ao estabelecerem perguntas e conseqüentemente procurarem respostas no processo de investigação sobre inclusão. Em seguida fizemos um estudo de caso em nossa escola no intuito de procurar fundamentos e esclarecimentos que auxiliassem numa maior e melhor adaptação de alunos surdo mudos no âmbito estudantil.

Palavras - chave: Escola, Inclusão, Público, Participação, Protagonismo.

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no artigo 206, inciso I, estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e garante, em seu artigo 208, a oferta do atendimento educacional especializado. Em 1989 a Lei de nº7. 853/89 evidencia o apoio às pessoas portadoras de necessidades especiais e torna crime recusar, suspender, adiar e/ou cancelar a matrícula escolar de qualquer estudante portador de tal necessidade.

Com a Declaração de Salamanca¹, em 1994, os princípios e as políticas públicas voltadas para educação inclusiva conquistam um campo maior de destaque porque organiza,

¹ Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em **Salamanca**, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

define e prioriza demandas e enfoques antes ‘invisíveis’ para o foco da “Educação para Todos”.

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei de nº 9.394/96 reconhece a importância da Educação Inclusiva nas redes de ensino a tratar em seu capítulo V, artigo 59, sobre a Educação Especial:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (LDB, 1996)

A Educação Inclusiva é uma prática notória, ou pelo menos devia ser nas redes públicas e particulares de ensino do Brasil. Em muitos casos esta acaba sendo comparada e confundida com o conceito de Educação Democrática. A primeira inclui, abrange uma prática educativa que atenda e ofereça todos os instrumentos/ferramentas pedagógicas necessários para auxiliar no desenvolvimento escolar de pessoas que necessitem de um atendimento educacional especializado respeitando sempre suas limitações físicas e/ou mentais; já a segunda, Educação Democrática, é uma prática que permite a todas as pessoas o acesso a escola e o direito a educação o que não acarreta necessariamente no fornecimento de um subsídio metodológico além do padrão para que essa educação se concretize.

Embora os sistemas educacionais tenham a intenção de realizar intervenções pedagógicas que propiciem às pessoas com necessidades especiais uma melhor educação, sabe-se que a própria sociedade ainda não alcançou níveis de integração que favoreçam essa expectativa. Além disso, os profissionais da educação devem saber trabalhar com a diferença em suas salas de aula. Estes devem ter ao seu alcance todo um subsídio em ferramentas para que possa desempenhar um bom papel como educador inclusivo.

Nessa perspectiva, quando direcionamos nosso olhar para temática da Inclusão de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência em escolas de ensino regular o que notamos

ainda é a falta de adequação, planejamento e subsídios que auxiliem na adaptação e interação destes com os demais alunos.

E, nessa história de Educação Inclusiva como os demais estudantes a enxergam? Será que eles, em suas salas de aula, na escola ou fora dela são agentes polinizadores dessa prática? Ou somente é agradecer por ter nascido ‘perfeito’ e observar o outro que é ‘imperfeito’ com olhos de anormalidade?

Que tal buscar nossas respostas no espaço onde lecionamos? É interessante.

O âmbito escolar é detentor de uma vasta heterogeneidade tornando-se um espaço riquíssimo para desenvolvimentos de pesquisas. É um espaço onde mutuas relações acontecem, conceitos são formulados e adaptações necessárias. Indiretamente, o ambiente norteia posicionamentos e tomadas de decisões por parte daqueles que fazem a organização e participação da comunidade escolar, em especial os nossos estudantes.

“[...] vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos portadores de necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação de serviços especializados aqueles que deles necessitem. Ao contrário, implica em uma reorganização do sistema educacional o que acarreta na revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo as suas necessidades.” (GLAT; NOGUEIRA, 2003, p. 139).

Então pensando nisso, como podemos conciliar com o ensino regular e homogeneizar a interação do corpo estudantil com o processo da Educação Inclusiva de jovens surdos mudos em uma escola que ainda tenta se adequar a esta realidade?

Trabalhar junto às diferenças humanas possibilita-nos avançar de forma pessoal e profissional, onde a busca de novas metodologias, novos guias práticos nos enriquece e faz com que avancemos frente à inclusão. Dizer que “*não estamos preparados para o trabalho com as diferenças*” é fácil, mas o contexto é outro, pois a inclusão chegou independentemente de sua aceitação ou não. O aluno com necessidade educacional especial continuará chegando às escolas, estejam os professores e as escolas preparados ou não.

Todos devem ter direito à educação, mas será que conseguimos atingir, de acordo com a Constituição Federativa do Brasil de 1988, essa “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988).

Pensar no educar alguém que necessite de uma maior atenção nossa é agir além dos nossos limites enquanto educadores. Não devemos tornar invisível uma realidade cada vez mais presente em nossas salas de aula. O Governo deve e precisa agilizar e por em prática

definitivamente as políticas públicas prescritas para atender esse público especial. Não é apenas fazer de conta que se aplica tal Lei ou tal diretriz.

Capacitar professores e dar-lhe instrumentos multifuncionais para auxiliar na aprendizagem de estudantes que necessitem de cuidados especiais é o primeiro passo para se conquistar essa inclusão no âmbito escolar.

Recebemos, muitas vezes sem nenhum aparato pedagógico/metodológico necessário para desempenhar a função de professor inclusivo, estudantes deficientes, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação sem um preparo didático para eficácia da sua aprendizagem não oportunizando a esse aluno o real direito para aprender?

Segundo o Ministério da Educação em “Saberes e Práticas da Inclusão”, a prática escolar tem evidenciado o que pesquisas científicas vêm comprovando: os sistemas educacionais experimentam dificuldades para integrar o aluno com necessidades especiais. Além disso, respeitar a atenção à diversidade e manter a ação pedagógica normal parece ser um desafio presente na integração dos alunos com maiores ou menores dificuldades acentuadas para aprender.

O fato é que devemos ter cuidado para não transformar o processo inclusivo em um mero respeito às diferenças, em um discurso ‘camuflado’ de aceitação. A ideia de termos alunos portadores de alguma deficiência, por exemplo, a surda muda, em nossas escolas não significa que estamos nos comportando como agentes propiciadores de inclusão, mas sim apenas vivenciando uma Escola detentora de um ensino democrático.

Falta ousadia em nossos planejamentos e uma revisão aprofundada dos nossos aspectos didáticos metodológicos com relação à perspectiva da Educação Inclusiva para que esta venha a se efetivar de fato no contexto educacional.

Ser autor da própria ação implica em poder vê-la por inteiro, ou seja, analisá-la em sua amplitude e complexidade. Estamos diante de um intercâmbio de ações, processo no qual temos tanto o papel de produto como de produtores, influenciando e sendo influenciados.

Partindo do pressuposto de que as ideias que cada um de nós possui, nossa visão de mundo particular determina as ações que desenvolvemos em nossa atividade profissional. No caso do professor, no contexto da sala de aula. (ARANHA, 2005, p. 7)

A mudança começa de você, professor!

METODOLOGIA

Partindo do ponto de vista metodológico, pautamos esta pesquisa na utilização do método etnográfico. A sua escolha se justifica teoricamente, como afirmam Lakatos e

Marconi (2005), por se tratar de um método que possibilita ao pesquisador a investigação, baseada na observação, como primeiro passo para obtenção de informações indispensáveis para a pesquisa.

Para efeito desta pesquisa, o estudo etnográfico foi desenvolvido no momento em que fomos até a Escola Bilíngue do Município de Sumé a fim de conhecermos detalhadamente, por meio da observação quantitativa e qualitativa, aspectos e ações pertinentes e indispensáveis para concretização e inserção da Educação Inclusiva.

Desenvolveu-se também, uma pesquisa colaborativa, que viabiliza aos participantes transformar-se em co-pesquisadores, ao estabelecerem perguntas e conseqüentemente procurarem respostas no processo de investigação.

Em seguida fizemos um estudo de caso em nossa escola no intuito de procurar fundamentos e esclarecimentos que auxiliem uma maior e melhor adaptação de alunos surdos no âmbito estudantil. Nessa perspectiva, tentamos construir um espaço escolar que acolhesse a todos de maneira homogênea sem diferenciar, indiretamente e ingenuamente, portadores de necessidades especiais dos demais estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É desafiador e não desesperador encontrarmos em salas de aulas portadores de algum tipo de deficiência. É preciso enxergar que chegou um novo processo nas escolas, que nessa nova trajetória é o ser humano que está em sala de aula e não simplesmente sua deficiência.

No sistema de ensino brasileiro ainda é precário a situação de estudantes portadores de alguma necessidade especial, pois na maioria das vezes as escolas não ofertam uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), os professores, em alguns casos, não tiveram uma formação direcionada para esse público alvo e o governo não mantém em suas prioridades a manutenção e adequação dos prédios escolares e o empenho de fazer a Educação Inclusiva característica marcante na rede regular de ensino.

Como educadores sabemos das reais carências das nossas escolas. Os estudantes, sem distinção, merecem ter um ambiente acolhedor, que não lhe ofertem nenhum tipo de perigo e que proporcione uma aprendizagem significativa para si e para sua formação enquanto cidadão crítico.

Temos que promover momentos que possibilitem o aluno viver determinadas situações para formar sua opinião e buscar soluções, provisórias ou não, para tentar resolver determinados problemas que nos deixam inquietos. Essa colaboração professor-aluno rompe

as barreiras rígidas de uma cultura tradicionalista que não permitia a ação do estudante e priorizava a questão da passividade em sala de aula.

Enquanto enxergamos esses percalços sociais como um fator sem resolução observando a questão da deficiência como uma anomalia e não fizemos absolutamente nada para reverter essa concepção estaremos contribuindo para que o processo da Inclusão caminhe a passos lentos e os estudantes que da Educação Especial necessite não consiga alcançar um direito que pertence a todos: o direito a uma educação de qualidade.

Nessa perspectiva, realizamos pesquisas bibliográficas sobre a Inclusão Educacional de jovens surdos mudos no contexto educacional das Escolas Públicas, compreendemos a importância da Educação Inclusiva no processo de ensino e aprendizagem, entendemos que a Inclusão fortalece o direito à educação e possibilitamos o acesso e a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais. Além disso, protagonizamos os estudantes no espaço escolar como agentes norteadores do processo inclusivo para com os demais alunos portadores da deficiência surda mudo e refletimos sobre o processo de construção do Eu quando incluso em um ambiente homogêneo inexistente de ‘camuflagem dos discursos de aceitação’ dos portadores de necessidades especiais.

Diante disso ressalta SALAMANCA (1994),

[...] as escolas comuns com esta orientação inclusiva são o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e conseguindo educação para todos; (SALAMANCA, 1994, p. 9)

Em parceria com a Escola Bilíngue de Sumé, que atende toda a comunidade escolar surda mudo do município mais a participação do corpo estudantil da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor José Gonçalves de Queiroz executamos as atividades que foram planejadas para duração de 3 (três) meses.

A priori, reunimos os estudantes do 2º ano do Ensino Médio para apresentarmos nossa proposta didática exposta no projeto e contamos com a presença da nossa Coordenadora Pedagógica e a Psicóloga Educacional.

Foram muitos questionamentos do por que “estudar com pessoas mudas se elas não iriam entender nada da linguagem falada?”, ou “não precisamos aprender ‘gestos’ porque não precisamos disso”.

Ao iniciar a discussão fiquei abismada com a desvalorização do nosso tema foco, que é a questão da “Educação Inclusiva”, por parte dos nossos discentes fato este que me impulsionou a persistir ainda mais no assunto.

Nós, enquanto docentes, temos que ter como um dos nossos propósitos mostrar ao estudante que, diante de um convívio social, as relações podem e devem se estabelecer de múltiplas formas e que tentar aprender com as diferenças dos outros é primordial para nosso sucesso pessoal e espiritual.

Então, no momento em que comecei a dissertar sobre os portadores de necessidades especiais, citei o exemplo do meu irmão portador da Síndrome de *Down* que, com 27 anos de idade, ainda enfrenta preconceitos alheios de pessoas que se acham no direito de desprezar e humilhar ‘aquilo’ que não se enquadra no parâmetro social.

Nesse sentido de mostrar e revelar em fatos reais e exemplos vividos as situações de desconforto que eu e principalmente meu irmão passamos juntos é que comecei a conquistar e a despertar a curiosidade e a preocupação desses jovens com os demais que necessitam de alguma forma de auxílio para tornar suas vidas menos difíceis.

Para isso, buscamos resolver a seguinte questão: como conciliar e homogeneizar a interação do corpo estudantil com o processo da Educação Inclusiva de jovens surdos mudos em uma escola que ainda tenta se adequar a esta realidade?

A fim de tentarmos buscar respostas as nossas indagações e compreender o conceito de Educação Inclusiva e a necessidade de sua verdadeira implantação em Escolas públicas e Escolas Privadas organizamos grupos de estudos para fazermos uma pesquisa bibliográfica.

Realizamos debates e apresentações de seminários em sala com a participação da Psicóloga Educacional e o corpo discente utilizando as fontes bibliográficas adquiridas e constatamos/confirmamos que estudantes portadores de necessidades especiais que necessitam conviver e aprender em um ambiente de ensino regular muitas vezes abandonam a escola por esta não se adequar as suas necessidades prioritárias. Fato este comprovado ao realizarmos nossa primeira visita a Escola Bilíngüe e conhecemos um aluno que desistiu no 2º ano do Ensino Médio de uma escola regular por não conseguir interagir com os demais colegas e aprender de maneira eficaz o conteúdo.

Com a disponibilidade de *tablets* por parte do Governo para os alunos baixamos um aplicativo denominado *Hand Talk*, eleito pela ONU como o melhor aplicativo social do mundo, cuja função é traduzir automaticamente texto e áudio para a língua de sinais. O equipamento tecnológico juntamente com o aplicativo foi de suma importância para pesquisarmos palavras e expressões desconhecidas e que não constavam na nossa apostila

“Surdo mudo: apague essa ideia” utilizada como uma de nossas ferramentas pedagógicas para suporte nas aulas. Conseguimos essa apostila em um minicurso ministrado pela Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, Campus VI – Poeta Pinto do Monteiro, Monteiro – PB.

Uma parceria que deu certo: nossa proposta foi mobilizar furtivamente o corpo estudantil a interagir e aprender a Língua Brasileira de Sinais como também envolver o público surdo mudo no convívio com outros estudantes não portadores de necessidades especiais. Vimos vídeos e abrimos um espaço para os INÚMEROS questionamentos advindos dos alunos da nossa escola como também indagações minha como docente. Além disso, tivemos o privilégio de assistir aulas teóricas e práticas sobre/em Libras.

Realizada as visitas e participando das aulas de Libras na Escola Bilíngüe com a professora Ana, chegou o momento em que os estudantes do 2º ano do ensino médio transmitiram aos demais alunos da escola todo o conhecimento adquirido nas atividades desempenhadas. Conseguimos dissipar no espaço escolar o ensino e aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais através dos grupos de intervenções composto pelos nossos alunos.

A professora atuante da Escola Bilíngüe ficou lisonjeada com a atitude de construirmos pontes que interligassem o ensino regular a educação especial. Pois, embora exista a conquista desse espaço especializado na Educação de surdos mudos na cidade de Sumé, estes também frequentam a escola regular. Segundo a docente, falta muito para que as escolas consigam atingir uma total inclusão educacional. Permeiam, erroneamente, a democratização escolar como sinônimo da inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva não merece ser vista como mais um problema que as escolas têm que carregar nas costas. Respeito à diferença deve ser uma bandeira que jamais pode estar a meio mastro. Temos que lutar e procurar caminhos que viabilizem essa fusão da educação inclusiva no ensino regular.

Conquistamos nosso objetivo e despertamos com a ajuda dos nossos parceiros e o protagonismo juvenil dos estudantes da Rede Estadual a preocupação e o interesse, por parte dos demais estudantes da nossa escola que não participaram assiduamente das atividades desempenhadas durante a execução do nosso cronograma, em refletir sobre o processo de construção do Eu portador de necessidades especiais quando incluso em um ambiente escolar de ensino regular envolvido verdadeiramente com a Educação Inclusiva onde haja a

inexistência da ‘camuflagem dos discursos de aceitação’ em cima dos portadores de tais necessidades.

Protagonizar os estudantes no espaço escolar como agentes norteadores do processo inclusivo para com os demais alunos portadores da deficiência surda muda foi uma ideia que deu certo e que manterá suas ações ao longo do tempo. Mobilização em prol de uma educação igualitária que atenda a todos sem distinção será sempre motivo para inquietações daqueles que percebem a necessidade de (re) pensar o ensino dessa então sonhada *Pátria Educadora*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Linha de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 12 de julho de 2015 às 9h35min.

EDUCAÇÃO, Ministério da. **Saberes e práticas da inclusão: estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Org: Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2003.

GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Mario Lúcio de Lima. **Políticas Educacionais e a Formação de Professores para a Educação Inclusiva no Brasil**. Comunicações. Caderno do Programa de Pós Graduação em Educação. Ano 10. Nº 1. p.134 - 141 , junho, 2003.

IDEPB. Disponível em: <http://www.avaliacaoparaiba.caedufjf.net/#>. Acesso em: 16 de julho de 2015 às 20h45min.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Métodos Científicos. In: _____. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. p. 83-115.

MEC. **Sala de recursos multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TEZANI, T. C. R. **Os caminhos para construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.